



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES

Assunto: **Autorização de Residência - Ausência do território Brasileiro**

Destino: **URE/DELEMIG/SR/PF/ES.**

Processo: **08704.005272/2025-47**

Interessado: **ANXIN ZHONG**

1. Trata-se de procedimento inaugurado com fundamento no art. 135, inciso III, do Decreto nº 9.199/2017, em razão da **ausência do território nacional por período superior a dois anos** por parte do imigrante **ANXIN ZHONG**, registrado sob o RNM nº F100727A.
2. O procedimento foi precedido de **Notificação Preliminar**, conforme previsto na MOC 24/2020-CGPI/DIREX/PF, sendo oportunizada ao interessado a apresentação de justificativa, a qual foi protocolada em 14/09/2022 (Informação SEI nº 141472698/2025-URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES).
3. Em sua manifestação, o imigrante alegou ter permanecido fora do Brasil em decorrência das **restrições sanitárias impostas durante a pandemia da COVID-19**, em especial pelas autoridades chinesas. Destacou ainda que, mesmo à distância, manteve vínculo profissional ativo com a empresa Skystone do Brasil LTDA., exercendo suas funções de Diretor de forma remota, recebendo relatórios diários e participando da gestão empresarial.
4. O interessado apresentou como fundamento jurídico, além da **Lei nº 13.979/2020**, diversas normativas expedidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública que estabeleceram medidas excepcionais de prorrogação de prazos e flexibilização das condições para regularização migratória.
5. Analisando os argumentos e documentos constantes dos autos, em especial o histórico de movimentações migratórias (certidão emitida em 24/07/2025), verifica-se que o período de ausência efetivamente ultrapassou dois anos, mas **coincide com a fase mais crítica da pandemia**, período em que diversos países, inclusive China e Brasil, impuseram restrições rigorosas à entrada e saída de estrangeiros, impactando diretamente a rotina de viagens internacionais.
6. Além disso, o imigrante não se desvinculou do Brasil, mantendo residência cadastrada no SISMIGRA, vínculo empregatício formal com empresa sediada no país e atuação comprovada, ainda que remota, na condição de dirigente empresarial.
7. Dessa forma, **considero plausíveis e bem fundamentadas as justificativas apresentadas**, em consonância com os princípios da razoabilidade e da segurança jurídica, especialmente diante do **caráter excepcional da situação sanitária mundial vivenciada entre 2020 e 2022**, reconhecida por autoridades internacionais e normatizada pela legislação brasileira.
8. Diante do exposto, **DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente procedimento**
9. **Determino, ainda:**
  1. a) A **notificação do interessado por meio do endereço de e-mail constante nos autos**, com cópia deste despacho, para ciência;
  2. b) A **publicação no site oficial da Polícia Federal**, nos termos da legislação vigente, para fins de publicidade e transparência;
  3. c) A devida **atualização dos sistemas**.

**RAMON ALMEIDA DA SILVA**  
**Delegado de Polícia Federal**  
**CH/DELEMIG/SR/PF/ES.**



Documento assinado eletronicamente por **RAMON ALMEIDA DA SILVA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 30/07/2025, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=141866789&crc=08433608](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=141866789&crc=08433608).  
Código verificador: **141866789** e Código CRC: **08433608**.

Referência: Processo nº 08704.005272/2025-47

SEI nº 141866789